

MATERNIDADE: UM PERFIL IDEALIZADO

Aída Maria Novelino

Do Departamento de Psicologia da UFPe.

"Que pai estranho desejou os filhos para não cuidar deles! Que mãe estranha, rejubila-se em assumir sozinha toda a carga das crianças!"

Christiane Olivier

RESUMO

O artigo enfoca o modelo de maternidade tal como é veiculado pelo discurso de especialistas, principalmente da área da psicologia, transmitido por revista de divulgação extra-acadêmica. O ideal da mãe perfeita é destilado pela análise de conteúdo de textos referentes à função materna, como etapa preliminar de pesquisa em andamento.

SUMMARY

This article focuses on the current model of motherhood as publicized by experts, mainly by psychologists, on a non-scholarly, women-bound magazine. The ideal of the perfect mother is distilled through content analysis from a selection of quotes referring to maternal function, in a preliminary stage of a research in progress.

Assistimos, ao longo das últimas décadas, a um movimento de inquietação crescente no tocante aos rígidos padrões de valores masculinos e femininos, vigentes em nossa sociedade. As barreiras que separam homens e mulheres, em seus respectivos papéis sociais, parecem ameaçadas de fragmentação, e as linhas que demarcam as diferenças entre os sexos, confusamente embaralhadas em seus traçados.

Sem dúvida, a situação sócio-político-afetiva da mulher mudou. Sua maior inserção no mercado de trabalho, maior participação na esfera política, entre outras coisas, contribuíram para redefinir, até certo ponto, seu lugar social e alterar os referenciais morais dominantes. Entretanto, apesar das transformações, a rede de significados que estabelece a assimetria de direitos e funções entre os sexos ainda não foi desarticulada. O sistema de dominação se mantém, também, pela desigualdade sexual e pela divisão sexual do trabalho.

O lugar socialmente destinado à mulher continua sendo a família: é na privacidade do lar que, prioritariamente, ela deverá encontrar a realização pessoal. E a maternidade, hoje aparentemente opcional, constitui ainda o componente central, definidor da identidade feminina. O grupo social reafirma de maneira implícita e explícita a existência de um "instinto materno" que vincula a mulher, de forma inevitável, à função de mãe. Como afirma Chodorow (1978), a maternidade é um dos poucos elementos permanentes e universais da divisão sexual do trabalho.

A noção socialmente aceita e difundida de que a mulher, por sua natureza, destina-se à maternidade permanece, portanto, inabalada. Esse é um indicador importante dos limites das transformações relativas à condição feminina. Na realidade, neste contexto, a maternidade não pode ser experimentada como opção. Há, de fato, uma expectativa social que se concretiza em modelos normativos, que orientam a experiência.

Longe de ser apenas uma função biológica, a maternidade inscreve-se num sistema de códigos articulado e estruturado ideologicamente, indissociável das concepções correntes de homem, mulher, família, criança. Encaixa-se, então, num esquema mais amplo de representações. Nossa cultura destaca, como momentos privilegiados da trajetória feminina, gravidez, parto, amamentação, vínculo mãe-filho, em detrimento de outros, fundamentando a idéia da maternidade como meta inevitável (Parseval, 1986).

Entendo, assim, que um caminho para o estudo da maternidade é a análise desse fenômeno à luz dos modelos construídos socialmente. Modelos que adquirem diferentes contornos em função das injunções e interesses do contexto social (Badinter, 1985; Salem, 1985; Almeida, 1987).

O objetivo desse artigo é analisar alguns modelos de maternidade presentes no discurso psicológico das revistas de psicologia de cunho extra-acadêmico. Minha perspectiva é fazer uma leitura interpretativa – para isso, utilizo a técnica da análise de conteúdo – dos conteúdos referentes à função materna que transmitem, muitas vezes de forma velada, o ideal de maternidade. Esta análise constitui a versão preliminar de uma pesquisa mais ampla sobre modelos de maternidade e que se encontra em andamento.

Buscar o ideal de maternidade nas elaborações dos especialistas da psicologia é, a meu ver, atingir uma parcela importante responsável pela construção da subjetividade da mulher contemporânea. Além disso, pensar a construção de modelos no âmbito da ciência psicológica tem o sentido de evitar, cuidadosamente, o caminho das verdades inquestionáveis e empreender o desvio para o terreno da suspeita e da indagação.

Afinal, as formulações dos especialistas compõem o ideário cultural acerca da maternidade e colaboram na legitimação de uma versão da realidade.

A PALAVRA DE ORDEM DO ESPECIALISTA

Os especialistas das diversas ciências têm um papel proeminente na produção dos modelos de maternidade. Como afirmam algumas pesquisadoras (Badinter, 1985; Ehrenreich & English, 1979; Kitzinger, 1978) foram os médicos, os filósofos, os teólogos e, mais recentemente, os psicólogos e psicanalistas, os principais arquitetos desses modelos. As elaborações teóricas dos especialistas vêm atuando, nos últimos séculos, como guias orientadores do exercício da maternidade.

Pesquisas recentes (Lustig, 1984; Costa, 1979; Almeida, 1987; Salem, 1985) também apontam para a centralidade dos especialistas no cotidiano das famílias, funcionando como novas autoridades, prescrevendo condutas, sentimentos, valores, atitudes. Enfim, normatizando o corpo, as relações, a afetividade.

No caso específico do ideário que norteia a maternidade, ocupam lugar de destaque os profissionais das áreas psicológicas. Isto porque, em décadas mais recentes, ocorreu uma "psicologização" da maternidade, ou melhor, modernamente, as preocupações com os aspectos psicológicos da função materna, com os laços afetivos que unem mãe e filho, substituíram as antigas preocupações concernentes aos cuidados físicos e alimentares (Weiss, 1978; Lustig, 1984; Chodorow, 1978). Hoje, a dimensão psicológica constitui o núcleo central da maternidade. Na sociedade contemporânea a maternidade caracteriza-se por complexos processos psico-afetivos relativos à concepção, nascimento, relacionamento com o filho. É impossível estudar o conjunto de atribuições que definem essa função limitando-se o âmbito de apreensão ao aspecto comportamental. Isto porque o exercício da maternidade significa, primordialmente, a "participação num relacionamento interpessoal difuso e afetivo. É um papel acima de tudo psicológico, de uma forma incomum aos outros papéis e atividades" (Chodorow, 1978, p. 33).

Aos especialistas da psicologia vem sendo atribuído o poder de definir e fixar os contornos apropriados à vivência afetiva. Por isso assumem posição central no processo de normatização da maternidade e constituem fonte fidedigna de aconselhamento.

A palavra desses profissionais incorpora-se ao cotidiano das mulheres, estabelecendo o certo e o errado, elegendo as qualidades adequadas ao desempenho da maternidade, designando as maneiras corretas de relacionamento com o filho, tutelando a experiência. As teorizações da psicologia e da psicanálise ultrapassam os limites do universo da ciência, ganham corpo e circulam ampla-

mente alcançando, também, os não iniciados nesse setor do saber. Sem dúvida, constituem o *ethos* regulador e formador da consciência, de representações e costumes.

A PRODUÇÃO DA MATERNIDADE

Como foi referido antes, a função materna constitui o núcleo central do "ser mulher" e as psicologias são as principais encarregadas da elaboração dos esquemas valorativos e normativos que regem essa função. Assim, é pertinente dizer que os modelos fabricados em decorrência dessas elaborações são parte integrante da subjetividade feminina.

Considero importante, então, discutir neste momento a noção de produção da subjetividade proposta por Felix Guattari (1984), para explicar o processo através do qual as pessoas são modeladas para agir, pensar, sentir etc. Para ele, a subjetividade é uma dimensão social – não um aspecto do indivíduo – e, enquanto tal, produzida socialmente. É o resultado de um processo coletivo e não da soma de subjetividades isoladas.

A idéia de produção de subjetividade "diz respeito aos comportamentos, à sensibilidade, à percepção, à memória, às relações sociais, às relações sexuais, aos fantasmas imaginários etc." (Guattari, 1986, p. 13), e que, além do mais, não são falsos ou verdadeiros, mas correspondem às diferentes posições do sujeito na sociedade.

Uma questão procedente, aqui, é: quais os responsáveis pela construção da subjetividade?

Segundo Guattari, estamos todos comprometidos, de fato, com a engrenagem de produção da subjetividade: pais, mães, educadores, especialistas, mídia etc. Esse processo envolve a todos a todo momento, em qualquer setor da existência social; inicia-se com o nascimento e perdura ao longo da vida.

A compreensão da subjetividade como processo que se concretiza através dos mecanismos de modelização, liga-se, de forma exemplar, à questão da maternidade.

Argumentei, até agora, que gerar filhos é um fenômeno biológico mas que não se dissocia, absolutamente, das concepções sociais acerca da maternidade. Isso significa a existência de formas diversas de maternidade, que se modificam de acordo com as demandas culturais e a conjuntura social. Cada época delinea um tipo de modelo. Os estudos que examinam o tema sob uma perspectiva histórico-antropológica (Badinter, 1985; Kitzinger, 1978; Chodorow, 1978) chamam a atenção para os interesses econômicos, políticos e sociais subjacentes aos modelos configurados em cada período.

Os modelos de maternidade que circundam as mulheres atualmente vêm sendo articulados nos dois últimos séculos. Suas características variaram, dependendo dos valores e necessidades de cada contexto, convertendo-se em demandas legítimas transmitidas de maneiras diversas. Os modelos em voga redefinem ou desautorizam os antigos, mantendo todos eles, sempre, em seu bojo, a noção de que refletem a natureza feminina.

Seria incorreto supor a adoção pura e simples desses modelos pelas mulheres, em seu percurso de socialização. A subjetividade é plasmada paulatinamente e de

forma contínua por um amplo conjunto de fatores. Os modelos funcionam como guias para as ações, ideais atingíveis, e consistem apenas num dos fragmentos formadores da subjetividade. Sem dúvida, inúmeros elementos colaboram para desenvolver a capacidade das mulheres para a maternidade e para obterem satisfação dessa função (Chodorow, 1978).

Já foi salientada a importância dos especialistas das psicologias como fontes geradoras das idéias, crenças e modelos da maternidade. Gostaria de ressaltar, então, que considero imprescindível pensar a produção desses modelos como parte integrante das demais verdades sociais, ou melhor, fruto do contexto sócio-político. Não pretendo defender a idéia de que são os especialistas que planejam, maquiavelicamente, os meandros do *script* feminino. Reafirmo que a participação no processo de produção da subjetividade dominante é coletiva.

O objetivo aqui não consiste em elaborar um discurso moralizante acerca dos usos e abusos das teorias psicológicas, e sim contribuir para as reflexões sobre a organização do cotidiano das mulheres, através do exame dos modelos que povoam e formam o seu universo.

AS REVISTAS DE PSICOLOGIA

Uma das maneiras de divulgação dos modelos de maternidade é através dos mídia. Os conceitos e noções dos especialistas alcançam o público via imprensa, influenciando leitores e não-leitores. Pesquisas recentes realizadas no Brasil (Lustig, 1984; Moraes, 1979; Buitoni, 1981) assinalam a função estratégica dos mídia na divulgação dos modelos e quadros de valores que referenciam as mulheres na vivência e aceitação dos seus papéis sociais.

As formulações dos profissionais da psicologia encontram aí um meio eficaz de difusão, servindo como orientação qualificada, na medida em que explicam a dinâmica comportamental implicada nas relações interpessoais. De acordo com Sérulo Figueira (1985, 1987), a expansão das psicologias, em nosso contexto cultural ocorrida em torno da década de 70, passou a constituir uma "cultura psicanalítica" ocasionando, como consequência, a psicologização de vários setores da vida social. No que concerne à maternidade, não é difícil supor, a partir do exposto anteriormente, que as elaborações teóricas dos especialistas dessa esfera localizam-se em posição privilegiada.

Data exatamente dessa época o surgimento da primeira revista de psicologia brasileira que se dispõe a informar e orientar pessoas não pertencentes ao mundo científico. A revista *Psicologia Atual*, primeira no gênero, é lançada no mercado editorial em novembro de 1977. Dirige-se ao público leigo e sua proposta é clara: pretende "ser um lugar onde se converse sobre a felicidade. Uma conversa levada a sério, mas bastante informal (a revista não é para estudiosos), entre profissionais amadurecidos no trato da alma e leitores dispostos a pesquisar formas mais alegres e inteligíveis de viver" (Editorial, nº 1).

Longe de se proporem a estabelecer uma ponte direta entre academia e leitor, essas revistas – que circulam predominantemente fora do ambiente universitário – veiculam a palavra abalizada dos profissionais das ciências

psicológicas que se posicionam nas diversas seções das revistas, acerca de assuntos variados de interesse do público potencialmente visado. Os temas abordados revelam, não só o público imaginado pelos responsáveis do projeto de produção, como também o leitor efetivo, que, pelo *feedback* dado, influencia as comunicações subsequentes. Público este composto principalmente por mulheres – 71% em 1980 – segundo dados de pesquisa levantados pela Marplan (1980), sobre o perfil do leitor.

MORAL DA MATERNIDADE

Nas revistas, o tema maternidade é recorrente. envolvendo em seus limites uma amplitude de questões abrangentes que vão desde a concepção até a relação das mães com os filhos adolescentes. Sob assuntos variados – sexualidade, escola, divórcio, doença mental, gravidez – ocultam-se referências preciosas acerca da função materna. Psicólogos, psiquiatras e psicanalistas aconselham e prescrevem regras acerca do bom desempenho da maternidade. São orientações transmitidas visando, acima de tudo, a normatização do substrato psicológico da relação mãe-filho.

Tudo é problematizado: da escolha do berçário ao que fazer diante do adolescente que toma drogas. O problema é anunciado, discutido, as soluções apontadas sempre no sentido do que as mães devem fazer para possibilitar ao filho o desenvolvimento de uma personalidade sadia.

A mãe retratada pela revista possui um único traço: branca, jovem, pertencente às camadas econômicas média e alta, insegura quanto à criação dos filhos e, sem dúvida, inserida numa família legitimamente constituída. De acordo com a moral da revista, é incompatível pensar a maternidade fora do núcleo familiar. O modelo de maternidade é delineado em referência constante à família tradicional com distribuição de papéis sexuais fixa e pré-determinada, baseada na autoridade paterna e na responsabilidade materna no cuidado com os filhos. A maternidade é concebida dentro da família revertendo, inclusive, em seu fortalecimento:

"... é preciso considerar também que da gravidez, do parto, não resulta somente um nascimento, resultam quatro. Nasce um criança. Nasce uma mulher para o papel de mãe; um homem para o papel de pai. Nasce um família." (Os mitos da gravidez, nº 12).

O suporte moral das mensagens da revista é o tradicional e, só poucas vezes, soam vozes dissonantes subvertendo as definições promulgadas. A mulher é quase sempre referenciada pela maternidade presente ou futura, como se a sua vida se limitasse ao desempenho dessa função essencial, inerente à sua condição de fêmea. Às vezes, o modelo tradicional estabelecido é camuflado sob aparências inovadoras que, na realidade, servem unicamente para reafirmá-lo com mais vigor. Sob a pretensão de desmanchar as linhas de um modelo pré-fixado, o discurso inovador modela em surdina, obedecendo e conservando os pressupostos básicos que se propõe a atacar. Apresentam a maternidade, à semelhança dos outros, como decorrência natural, destino inevitável da mulher.

Em alguns discursos, a legalização da união entre homem e mulher chega a ser defendida como imprescindível ao bom andamento das relações familiares, assim como a manutenção dos padrões de diferenciação dos papéis sexuais. O novo é depreciado como fonte de insegurança e insanidade para a prole. O rompimento com as hierarquias e com a estrutura de poder, que convencionalmente rege a dinâmica interna da família, é percebido como um desvio inaceitável, um mergulho no caos e na indefinição. Adverte-se, então, para as conseqüências maléficas que poderão advir dessa ousadia, atingindo os próprios protagonistas da desordem e seus filhos:

"Romperam com a própria noção de paternidade e maternidade. ... Preferiram maldizer os papéis sociais, afastar-se deles, romper laços tal como estavam ditos, definidos, e foram tentar dizer outras coisas. No fundo, resultaram tão perseguidos socialmente como os banidos do convívio por atividades políticas contrárias ao sistema social. Sua capacidade reprodutora, que é a capacidade criativa, acabou cerceada. Nós filhos da relação primeira, a maldição continua: a primeira relação de que são fruto foi rejeitada, denegrida. Na nova união não têm um lugar seu." (Pais postiços, filhos confusos: os desafios da segunda união, nº 14).

Em outros discursos, embora raros, nota-se maior tolerância diante da ruptura com o ideal do vínculo eterno, resguardando-se, entretanto, o modelo de família nuclear que é conservado como inquestionável. Aqui, a não consecussão desse ideal é analisada como acontecimento doloroso mas não necessariamente traumático, podendo, algumas vezes, resultar em ganhos para os filhos:

"Na realidade, a união eterna e completa entre os seres humanos é um mito, um desejo de que sejam possíveis ligações amorosas sem agressões e descontentamentos. Esse é um ângulo que pode ajudar a compreender porque a separação – o afastamento de um dos pais – não causa necessariamente danos irreparáveis na vida dos filhos (...) Além do mais, observa-se que, após a separação, muitos pais começam a se relacionar mais profundamente com os filhos. Em vez de perder o pai que se afastou, a criança vai é ganhá-lo." (A separação dos pais na mente dos filhos, nº 18).

A preocupação central é uma só: o bem estar dos filhos. Os dados, repassados ao leitor, atestam a inadequação de qualquer ambiente, fora da família, para o desenvolvimento saudável da criança. Assim só resta uma alternativa: a reprodução nos limites da família:

"Na opinião do Dr. Nesser e de outros pesquisadores, a questão não está em que um pai ou uma mãe sozinhos não possam lidar com o problema. Eles podem. Mas vai uma grande diferença entre lidar com um acidente e dispor-se a provocá-lo." (Filhos de pais únicos. Melhor não tê-los, nº 25).

Só na família a criança estará protegida e a maternidade terá condições de se realizar em sua plenitude.

A CENA FAMILIAR

Nesta cena, a mãe é a peça central é insubstituível. Ela deve compor uma família perfeita, que funcione de acordo com os critérios do especialista, proporcionando à

criança o ambiente adequado ao desenvolvimento saudável. A família sadia confunde-se, em suas qualidades e atributos, com a mãe ideal: é fonte eterna de amor e segurança. No código do especialista, família e mãe adquirem o mesmo significado:

"A atenção à família é um elemento importante. A mãe começa a ser orientada no nascimento e, na fase de estimulação, acompanha de perto o bebê, estabelecendo as bases de seu relacionamento." (O trabalho com os portadores da Síndrome de Down, nº 32).

A família é o contexto onde atuam mãe e filho, numa relação que não comporta muitas variações: oscila da simbiose com os filhos pequenos ao vínculo intenso na fase da adolescência. É na família onde tudo acontece: aí coexistem céu e inferno, pois a família tem o dom de destruir e recuperar. Mas nem toda família tem o poder de recuperar os filhos, só aquelas que se enquadram nos critérios ideais:

"A família solidamente constituída não desmorona ante as críticas e contestações do adolescente. Mesmo temporariamente abalada, a ligação entre os seus membros subsiste, porque se baseia em elementos antigos de solidariedade, de confiança, de diálogo." (Por que meu filho toma drogas?, nº 2).

Nesta cena o pai é uma presença dispensável. As alusões feitas a ele, em sua grande maioria, não são diretas mas diluídas sob o termo genérico família, ou em composição com a figura da mãe: o casal. Geralmente ele é mencionado de maneira tangencial e pouco assertiva, com exceção de algumas passagens onde o assunto em pauta é o poder decisório. Aí ele aparece como aquele que tem o direito de dar a palavra final:

"... então, a concordância do pai com o tipo de trabalho é, para nós, muito mais importante do que o grau de maturidade de que o filho pode estar hoje..." (E chegou o vestibulinho, nº 32).

Seus desacertos são tolerados e até mesmo justificados:

"... não dá para generalizar. Mas, acho que aquela imagem do pai que abandona a família, que vai embora e deixa tudo por conta da mulher, já está ultrapassada. Muitos pais estão até bastante preocupados em não perder os filhos, em manter contato profundo com eles, mesmo morando separados." (Os filhos na hora da separação, nº 2).

Desaparecido, ausente, diluído, o pai ocupa posição secundária na hierarquia de responsabilidades. Deixa-se claro que ele é dispensado do cuidado cotidiano com os filhos, principalmente no que se refere às tarefas típicas da primeira infância. Sua ausência na rotina de atividades é explicado com base no pressuposto de que o homem não é naturalmente dotado para esse tipo de trabalho:

"Mesmo um pai bem integrado com suas figuras de infância nunca vai substituir completamente a mãe. Ele pode dar a mamadeira para o seu filho. Pode brincar com ele em alguns momentos. Pode até trocar bem as fraldas do ponto de vista técnico. Mas sem dúvida nenhuma seu prazer vai ser menor que o da mãe. Ela está biologicamente preparada para isso." (Primeiro ano de vida: porque tão decisivo, nº 14).

Assim, o pai é a figura que atua na segunda fase; mais companheiro que educador:

"Do ponto de vista prático, para o filho mais crescido, so-

bretudo adolescente, é mais fácil morar com o pai, na medida em que é independente, consegue cuidar de si." (Os filhos na hora da separação, nº 2).

A função paterna, anunciada com clareza, é o exercício da autoridade:

"Cabe a ele colocar limites, e de maneira bem rígida. Pai que não é careta não é pai. O que pode soar como autoritarismo, mas é preferível pecar por 'caretece' que por omissão, por pseudo-identificação com os hábitos de outra geração". (Pai que não é careta não é pai, nº 14).

Ao pai é oferecido o papel de coadjuvante – o termo empregado para a responsabilidade paterna e participação – de auxiliar afetivo no universo infantil. Embora seja destacada a importância de seu afeto para o filho, ele faz parte da generalidade afetiva juntamente com os outros familiares:

"Para a criança também é fundamental descobrir a pessoa do pai, outras pessoas, ter outros tipos de relação." (Os perigos da família muito unida, nº 32).

Concordo com a argumentação de Parseval ao referir-se à ideologização das relações entre os sexos na procriação: "o pai aí aparece como quantidade mínima durante esse parêntese gigantesco que começa no coito fecundante para terminar nas proximidades da entrada da criança na escola maternal" (1987, p.13).

Paralelamente a essa tônica predominante sobre a função paterna, esboça-se uma nova concepção de paternidade. Seus traçados ainda estão sendo delineados com timidez, como o prenúncio de um vir-a-ser. A nova paternidade é anunciada com cautela, geralmente precedida de advertências sobre a impossibilidade de sua concretização nas atuais circunstâncias sociais, e da afirmação enfática de que o melhor para a criança, no momento, é ser cuidada pela mãe.

Parece que existe um longo caminho a percorrer até que esse projeto seja estabelecido. O depoimento de Ivan Ângelo talvez aponte, por antecipação, para a nova realidade:

"Não admito que se tenha filhos e depois não se assuma a responsabilidade. Não só quanto a educar, mas a se fazer amar, a dar confiança à criança a cada momento. Para não olhar pelos filhos, os pais costumam dar a desculpa do trabalho. Ou da vida social: têm que sair à noite, não podem ficar com as crianças. Eu até nem saio à noite quando tem algum problema com as crianças." (Como pais famosos transam seus filhos, nº 32).

O PERFIL DA BOA MÃE

A imagem idealizada da mãe vai emergindo pouco a pouco, circundada pela família nuclear e complementada pela figura do pai. Ela é eficiente, perita na arte de criar um ambiente saudável que possa servir de base ao pleno desenvolvimento da personalidade da criança, ao desabrochar de seu potencial afetivo e intelectual. A boa mãe viverá para o filho preparando, constantemente, o caminho para a sua felicidade. Ela é terna, aconchegante, dedicada, amorosa, equilibrada, disponível, devotada, e executa todas as tarefas que competem à sua função com destreza, prazer, felicidade e abnegação.

O perfil esperado dessa mãe ideal possui características essenciais que serão enumeradas a seguir:

Responsabilidade integral: a mãe é, acima de tudo, a pessoa naturalmente responsável pela criação do filho. Cabem a ela os cuidados físicos indispensáveis à sobrevivência e ao bem-estar da criança na fase inicial da vida, assim como a organização das tarefas relacionadas ao cotidiano dos filhos nas fases subsequentes. Como as experiências da criança ocorrem e se originam no contexto da relação afetiva com a mãe, ela também é responsável pelo futuro afetivo da criança, por sua estrutura de personalidade, por sua adequação sexual e por sua saúde psíquica. A qualidade do vínculo afetivo mãe-filho definirá, de forma irreversível, o destino do filho.

O discurso psicológico confere à exclusividade da relação mãe-criança um caráter inevitável, utilizando o argumento de que a mulher é dotada de um saber específico que a orienta no desempenho dessas tarefas. Confunde, assim, as exigências feitas às mulheres com a necessidade, por parte da criança, de ser cuidada por alguém, ao associar os encargos maternos aos processos biológicos inerentes ao fenômeno da reprodução.

Os especialistas podem ter discordâncias a respeito de questões variadas mas convergem todos, solidamente, para o mesmo ponto: a certeza de que a mãe é a pessoa indicada para cuidar do filho. As afirmações que asseguram essa situação disseminam-se em inúmeros textos:

"A mãe continua sendo mais indicada para cuidar dos filhos, pelo menos até os 8 anos." (Pais separados, filhos com a mãe?, nº 12).

"Eu também acredito que, especialmente nos primeiros anos de vida, o vínculo afetivo mãe-filho é fundamental para o desenvolvimento da criança." (Berçário, culpa e opção, nº 32).

A mãe, sem nenhuma dúvida, é responsável por tudo que, futuramente, aconteça ao filho. Portanto, falhas eventuais ocorridas nesse vínculo básico irão ressoar eternamente, mantendo o indivíduo preso aos conflitos e tensões gerados na infância:

"O conflito principal da gestante é a aceitação da feminilidade, do papel de mãe. Ela procura dentro de si a imagem da própria mãe. Que rejeitará, se seu conflito com a mãe não estiver resolvido. E rejeitando, rejeita-se no mesmo papel." (Os mitos da gravidez, nº 12).

A conduta materna é apontada como fonte geradora de todas as experiências do indivíduo. Dela depende a saúde física e mental:

"Como se sabe, no primeiro ano de vida a criança tem um psiquismo extremamente sensível. Agressões graves nesta época tenderiam a determinar o quadro psicótico. Af se enquadram as más relações precoces entre a criança e a mãe. Quanto mais cedo se verificassem tais reações inadequadas, mais comprometedores seriam os efeitos." (Psicose Infantil, nº 32).

Às vezes a responsabilidade materna é percebida como fruto de contingências sociais, sem explicações elucidativas sobre a conjuntura de onde decorrem. De uma maneira ou de outra, a atribuição dos encargos às mulheres é justificada. Dessa forma, o discurso especializado funde social e natural, em tom imperativo e conservador:

"Na nossa sociedade, na nossa cultura a mulher tem mais disponibilidade... mais condições de cuidar do filho. Por isso quando a criança é pequena eu diria que é nitida-



mente melhor que more com a mãe, que conte não só com os cuidados, como com a presença dela." (Os filhos na hora da separação, nº 2).

"Mal os filhos nascem, tornam-se uma conquista natural da mãe. Ela é quem sacrifica mais sua vida pelas crianças. É quem cuida delas, fica mais tempo com elas. É quem dá ou providencia a alimentação mesmo quando trabalha fora." (Os perigos da família muito unida, nº 32).

O trabalho extra-doméstico é incorporado ao cotidiano feminino ao lado do papel de mãe. A mulher que trabalha – as atividades domésticas são excluídas dessa categoria – é respeitada e até enaltecida pela capacidade de fazê-lo simultaneamente aos afazeres do lar. Não se cogita que a realização profissional represente preocupação central na vida das mulheres. A ligação mulher-família é preservada como fundamental, enquanto o trabalho ocupa posição periférica, já que o eixo centralizador da sua vida é a maternidade:

"À medida que a criança regulariza seus períodos de sono, torna-se gradualmente mais fácil introduzir certa rotina. Suponhamos que já coma a cada quatro horas. Se acordar pelas 5 da madrugada, não será tão penoso dar-lhe um chá e deixá-la esperando até as 6 horas, se para a mãe é bom o horário 6 - 10 - 14 etc. No caso de uma criança de 6 meses que dorme bem à noite e também durante algumas horas de manhã e de tarde, convém à mãe que trabalhe de tarde dar-lhe banho perto das 12 horas e depois alimentá-la bem." (Dormiu!, nº 12).

Adiciona-se, ainda, ao rol de justificativas da responsabilidade exclusiva da mãe, o argumento final que emudece todos os questionamentos: a execução dessas tarefas é, em si mesma, uma fonte de prazer e gratificação para a mãe. Cuidar bem do filho significa, também, encontrar prazer na atividade desempenhada e esse dom só a mulher possui:

"A relação mãe/bebê chega a ter muito de erotismo... Erótico no sentido de Eros, prazer, e não apenas de sexualidade. A mãe tem um prazer tátil em trocar a fralda do bebê. Um homem pode ter a obrigação de trocar uma criança. A mãe tem uma alegria erótica, qualitativamente outra." (Primeiro ano de vida: por que é tão decisivo, nº 14)

Amor incondicional: a mãe é fonte inesgotável de amor. O amor é o lastro que garante o cumprimento adequado da função materna. Sua existência é inquestionável

porque inerente à condição de mãe: o nascimento de um filho desperta, automaticamente, o amor. O amor da mãe pelo filho é situado no mesmo plano das alterações fisiológicas da gravidez e do parto. A mãe ama o filho por definição.

A maternidade devolve a mulher ao mundo da irracionalidade; ela passa a ser movida pelo instinto:

"Depois do parto a mãe perde o filho momentaneamente. E com isso perde-se a possibilidade de um vínculo imediato: quanto mais rápido o vínculo menor a chance de uma depressão porque ao indentificar-se com o filho, a mãe o ganha em troca do que perdeu. Ora, tirando-se a criança do seu lado, colocando-a num berçário durante 12 horas, aumenta-se a expectativa, abre-se passo ao raciocínio, abafa-se o lado mais animal e primitivo do laço, bloqueia-se o instinto... Às vezes a mulher detesta a gravidez. Mas isso não significa que detestará a criança, porque o instinto é mais forte." (Os mitos da gravidez, nº 12)

O amor pelo filho é a principal característica da maternidade. A boa ou má qualidade da relação depende totalmente do amor, que atua como traço central redefinindo todas as ações e demais sentimentos envolvidos. O amor é suporte e garantia do "bom vínculo".

O ajustamento emocional dos filhos deriva do amor da mãe que precisa expressá-lo continuamente, evitando que emoções ou sentimentos negativos comprometam sua manifestação. A mãe perfeita é a mãe que ama:

"Eu também acredito que, especialmente nos primeiros anos de vida, o vínculo afetivo mãe-filho é fundamental para o desenvolvimento da criança. Mas esse vínculo não é apenas uma questão de tempo. Se assim fosse, as mães que não trabalham fora teriam os filhos mais ajustados do mundo e isso não é verdade. A formação de um bom vínculo afetivo não depende só da presença física da mãe junto ao filho. O mais importante é a qualidade dessa relação. O tempo que você está com a criança é bom ou ansioso? O importante é que a criança nas horas em que está com a mãe tenha um bom vínculo com ela". (Berçário, culpa e opção, nº 32)

O desamor é o pecado supremo cometido pela mãe contra a natureza, e que destrói a vida do filho. Marca de forma indelével todos aqueles que passaram por essa provação:

"Laing pensa que uma pessoa que se sente muito rejeitada, com uma imagem muito radical de que não é benquista, com graves tendências ao isolamento, teve algum tipo de rejeição já na própria implantação do óvulo. A partir de uma relação de forças onde a mãe não queria aquele filho. E temos aí uma espécie de luta titânica – o herói quer nascer, a mãe não quer que ele nasça. Isso, segundo Laing, impregnaria toda a futura auto-imagem desta pessoa." (Psicologia transpessoal: a cura pelo renascimento, nº 15).

Nos primeiros meses de vida, esse forte vínculo afetivo assume características peculiares que o distinguem. Mãe e filho unem-se de maneira simbiótica, formando uma unidade indiferenciada. A simbiose é vital para a criança, funcionando como extensão da proteção uterina. As falhas, nessa fase, são fatais para o psiquismo da criança que ficará irremediavelmente danificado. O comentário seguinte é bastante ilustrativo:

"... nesse primeiro ano de vida, o fator mais decisivo para a saúde mental é a relação mãe-filho... é impossível estudar mãe e filho separados no primeiro ano de vida. Eles formam como que uma só pessoa – uma unidade cujo rompimento é a matéria prima das psicoses futuras. As alterações nessa vinculação afetiva – afastamento da mãe, relação difícil – se revelam elementos propiciadores de grandes moléstias mentais." (Primeiro ano de vida: por que é tão decisivo nº 14).

Esse vínculo é natural e, conseqüentemente, indispensável para a homeostase da unidade mãe-criança, segundo afirmação categórica do especialista:

"A própria natureza trabalha para unir mãe e filho de uma forma admirável. É só observar mães no período da gravidez para ver como elas passam por um processo de transformação." (Primeiro ano de vida: por que é tão decisivo, nº 14)

Entim, se a natureza dotou a mulher dos mecanismos específicos para o exercício da maternidade, por que impedir o cumprimento dos seus desígnios?

Disponibilidade e devotamento: para transmitir amor ao filho, a mãe precisa relacionar-se com ele intimamente, respeitando suas necessidades e estimulando-o física e psicologicamente. O amor materno concretiza-se na presença positiva da mãe junto ao filho, dedicação, disponibilidade infinita, sensibilidade para captar os sentimentos e necessidades da criança.

Para ser disponível e devotada, a mãe deve estar próxima do filho mas, advertem os especialistas, só a presença não basta porque o importante é a qualidade do relacionamento. Entretanto, é evidente que o tipo de dedicação exigida implica em concentração quase absoluta de atenção e em cuidados constantes principalmente nos primeiros meses de vida. O nascimento do filho redefine a vida da mãe que passará a ser orientada, a partir daí, pelas solicitações e demandas da criança. O texto seguinte é esclarecedor:

"Nas primeiras semanas de vida é desaconselhável e quase impossível impor uma disciplina relativa ao bebê. Ele precisa de alguém sensível às suas necessidades e, antes de tudo, disponível. Sem dúvida isso pode significar uma experiência penosa para a mãe, acostumada a programar e planejar tudo. Com o recém nascido em casa a programação parte dele, o momento em que vai chorar é imprevisível". (Dormiu!, nº 12)

O eixo regulador do cotidiano da mãe é alterado; o bebê determinará sua rotina:

"É claro que o ideal nem sempre é viável. Mas no caso de ser necessária uma programação, que esta seja adequada à criança tanto quanto possível. De qualquer maneira, esta fase difícil não passará de 2 ou 3 meses." (Dormiu!, nº 12)

O afastamento da mãe é problematizado sempre. Às inquietações, ansiedades e angústias da criança atribui-se uma única causa: a separação da mãe. Se a separação é negativa, por contraste, a presença – de boa qualidade – é positiva. A separação da mãe é sempre o motivo do sofrimento:

"É provável que a dificuldade para dormir se relacione com essa ansiedade de separação. Isso explica porque, quando a mãe ou sua substituta vão embora, ela se sente

angustia, sofre uma sensação de perda e chora.” (Dormiul, nº 12)

Se a mãe não consegue lidar com as dificuldades das separações temporárias, o comportamento do filho não tardará em evidenciar o erro cometido:

“O comportamento da criança depende do desenvolvimento de sua segurança afetiva. Se a mãe a enganar ‘pode ir dormir que a mãe não vai sair’ e sai escondido, a insegurança gerada com essa atitude repercute ao enfrentar um local novo como a escola”. (Seu filho ainda tem medo de ambientes novos?, nº 25)

Mas a quebra da díade mãe-criança é inevitável e salutar e a mãe precisa manejar adequadamente essa separação, pois essa situação será a matriz originária das futuras experiências afetivas:

“A primeira separação que a criança enfrenta é a separação da mãe. Se a mãe lidar com isto de maneira insegura, vai haver dificuldades na socialização. A criança que sente que os pais sumiram pode ter medo de qualquer relação: ‘e se eu gostar dele e ele sumir também?’ Por aí podemos ir longe, chegando à insegurança afetiva nos casamentos, ao ciúme doentio. Voltando às origens, verifica-se a necessidade de posse, como garantia: ‘o medo que eu tenho é de que você não volte’, exatamente igual ao da primeira relação.” (Seu filho ainda tem medo de ambientes novos?, nº 25)

Equilíbrio e bom senso: para desempenhar a boa maternidade, deixar fluir o seu amor isento de emoções negativas que possam macular sua expressão, a mãe deve ser alegre, feliz, tranqüila, serena, ajustada, sem hostilidades, angústias ou conflitos – conscientes e inconscientes –, atenta às mínimas inquietações que a afligem, para saná-las imediatamente. Só assim terá condições de compreender e adequar-se às diversas etapas do desenvolvimento físico e psicológico do filho.

A boa mãe alimenta, acaricia, ensina e protege no momento certo e na forma correta. Nenhum gesto, nenhum sentimento pode ultrapassar o ponto ideal. Nunca o excesso ou a escassez, sempre o equilíbrio:

“A mãe tranqüila e segura da competência de seus cuidados consegue alimentar e agasalhar o bebê na medida certa, nem demais nem de menos. Deve carregar e embalar o filho com movimentos aconchegantes e carinhosos. Ter paciência para fazer a criança arrotar bem antes de colocá-la na cama. Seu tom de voz ao falar com ela, é suave. Esse tipo de contato com o adulto satisfaz as necessidades da criança (alimento, calor, estimulação auditiva, visual e tátil). E ela fica devidamente apaziguada e pré-disposta a dormir. O sono é uma consequência natural, incontável, de necessidades físicas e afetivas adequadamente satisfeitas.” (Dormiul, nº 12)

Situar-se além ou aquém da linha do equilíbrio é transgredir as regras, ameaçar a imagem idealizada e comprometer a evolução saudável da criança:

“Um exemplo concretíssimo: há pouco entrou uma criança chorando... Tem dois anos e meio, só que é altamente imatura com superproteção da mãe e uma babá que não vai embora, fica aflitíssima se a criança chora... O que lhe custava era largar essa afetividade, que para ela é até prejudicial, que a faz permanecer imatura em relação à sua força, à sua capacidade de enfrentar uma situação nova.” (Seu filho ainda tem medo de ambientes novos?, nº 25)

O bem-estar da mãe consigo mesma merece incontáveis considerações por parte do especialista. Suas dificuldades de ordem emocional são alvo de recriminações veladas porque bloqueiam a relação, repercutindo negativamente nos filhos. Nos primeiros anos de vida, quando os limites de identidade entre mãe-criança ainda não foram estabelecidos, é imprescindível que ela sinta-se tranqüila, segura e receptiva, evitando contaminar o filho com suas inquietações. Entre os estados afetivos desaconselhados figura, em destaque, a ansiedade:

“No entanto, nem sempre o bebê está sendo animado por uma pessoa que se sente tão tranqüila e segura. Especialmente no caso do primeiro filho, os pais, frequentemente, estão muito ansiosos e inseguros. Supõe-se que haveria, então, um contágio de ansiedade da mãe para o filho. Como consequência, a criança ficaria intranqüila, agitada, perderia o sono.” (Dormiul, nº 12)

Mesmo que não ocorra “contágio” direto, a ansiedade atrapalhará o desempenho da mãe impedindo-a de satisfazer as necessidades do filho adequadamente:

“Não dá o leite direito até o fim. Não faz arrotar o suficiente. Alimenta demais, interpretando todo choro como fome. Não carrega direito, não embala e nem aconchega. Põe na cama cedo demais, com medo que a criança fique manhosa. Ou a mantém no colo por períodos desnecessariamente longos. Fala com o bebê com voz estridente. Ou, pelo contrário, mantém-se muda.” (Dormiul, nº 12)

Ora, a mãe erra por não ser perfeita, não conseguir encarnar o ideal pré-definido e comportar-se segundo regras fixas.

Essa interferência torna-se mais séria quando se trata de conflitos inconscientes, que ela própria desconhece, mas que são transmitidos ao filho, prejudicando-o:

“Veja-se o relacionamento chamado dupla mensagem (ou duplo vínculo) modelado desde a infância a partir, por exemplo, de uma mãe confusa, com dificuldades emocionais nem conscientizadas nem resolvidas. Para ela o filho é fonte de ansiedade, de hostilidade, sentimentos que não sabe resolver, e por isso nega, mascara com atitudes solícitas. A criança, no entanto, com sua capacidade de percepção não verbal, recebe, pelo simples toque da mãe, sua verdadeira mensagem.” (Por que meu filho toma drogas?, nº 2)

Todos os estados internos da mãe – conscientes ou não – são passíveis de transmissão ao filho, modelando-lhe o caráter, produzindo a “matriz relacional” que irá referenciá-lo por toda a vida:

“Desde os primeiros meses de vida, estas expectativas, embora nem sempre conscientemente percebidas pela mãe nem pelo filho, são capazes de modificar a postura em relação ao filho. Aos poucos elas vão formando um caráter, formando traços intensamente ligados à personalidade do filho, tão arraigados, que mais tarde ele não vai conseguir explicar racionalmente muitas opções que faz.” (Primeiro ano de vida: porque é tão decisivo, nº 14)

Portanto, o inconsciente do filho também é incluído entre as responsabilidades da mãe.

O modelo de maternidade é construído em torno do bem-estar da criança. Ela precisa ser respeitada, poder rir, chorar, ter raiva e amor como sugere o título de um artigo. Só posteriormente, através da conduta do filho, a mãe encontrará indícios que lhe darão condições de aferir

a adequação ou não dos cuidados dispensados durante os diversos períodos do seu desenvolvimento. É a felicidade do filho que fornecerá o veredicto final de sua abnegação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, M. *Maternidade: um destino inevitável?* Rio de Janeiro, Campus, 1987.
- BADINTER, E. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa. Edições 70, 1979.
- BARROSO, C. L. Diferenças Sexuais. *Cadernos de Pesquisa*. (21):47-60, jun. 1977.
- BERGER, P. & LUCKMAN, T. *A construção social da realidade*. Rio de Janeiro, Vozes, 1973.
- BUITONI, D. H. *Mulher de papel: a representação da mulher na imprensa feminina brasileira*. São Paulo, Loyola, 1981.
- CHODOROW, N. *The reproduction of mothering*. Los Angeles, University of California Press, 1978.
- CHAUÍ, M. Mãe, mulher ou pessoa. *Lua Nova*. São Paulo, 1 (1):35-40, abr. 1984.
- COSTA, J. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.
- EHRENREICH, B. & ENGLISH, D. *For her own good: 150 years of the experts' advice to women*. New York, Anchor Press/Doubleday, 1979.
- FIGUEIRA, S. A. Psicologismo, psicanálise e ciências sociais na "cultura psicanalítica". In: _____ (org.). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- _____. O "moderno" e o "arcáico" na nova família brasileira. In: _____ (org.). *Uma nova família?* Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- GRACIANO, M. "Aquisição de papéis sexuais na infância". *Cadernos de Pesquisa*. (25):29-44, jun. 1978.
- GUATTARI, F. *Revolução molecular: pulsações políticas do desejo*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- GUATTARI, F. et al. *Contatos, esboço de micropolítica: cartografias do desejo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1986.
- _____. Retranscrição das conferências no Brasil, em 1982. [Material que serviu de base para: micropolítica: cartografias do desejo] Rio de Janeiro, Vozes, 1986.
- KITZINGER, S. *Mães: um estudo antropológico da maternidade*. Lisboa, Presença, 1978.
- LUSTIG, S. *Mãe, obrigada: uma leitura da relação mãe-filho no Suplemento Feminino do jornal O Estado de São Paulo - 1953-1979*. São Paulo, 1984. Dissert. [mestr.] ECA/USP.
- MEAD, G. *Espiritu persona y sociedad*. Buenos Aires, Paidós, 1972.
- MORAES, M. A nova moral sexual das revistas femininas. *Cadernos do Presente*. São Paulo, (3):67-83, 1979.
- OLIVIER, C. *Os filhos de Jocasta*. Porto Alegre, L&PM, 1986.
- PARSEVAL, G. D. *A parte do pai*. Porto Alegre, L&PM, 1986.
- PRADO, D. *O que é família*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- ROSEMBERG, F. *Literatura infantil e ideologia*. São Paulo, Global, 1985.
- _____. Da intimidade aos quiprocós: uma discussão em torno da análise de conteúdo. *Cadernos CERU*, (16):69-80, nov. 1981.
- SALEM, T. *O velho e o novo*. Rio de Janeiro, Vozes, 1980.
- _____. A trajetória do casal grávido. In: FIGUEIRA, S. A. (org.). *Cultura da Psicanálise*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- SCAVONE, L. As múltiplas faces da maternidade. *Cadernos de Pesquisa*. (54):37-49, ago. 1985.
- SIMONS, M. Motherhood, feminism and identity. *Women's Studies International Forum*. 7 (5):349-59, 1984.
- WEISS, N. P. The mother-child dyad revisited: perceptions of mothers and children in Twentieth Century child-rearing manuals. *Journal of Social Issues*, 34, 1978.